

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

06/06/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Reajuste a servidores custará R\$ 1 bi ao Estado

Com plateia repleta de auditores fiscais de Renda, o plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou em segundo turno, nesta terça-feira, 5, a Proposta de Emenda Constitucional 05, que equipara o salário do funcionalismo público do Estado aos vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça. A PEC teve 67 votos a favor e quatro contra. Atualmente, o teto do funcionalismo público é equiparado ao salário do governador, de R\$ 21,8 mil. Já os desembargadores ganham R\$ 30 mil. A iniciativa, do deputado Campos Machado (PTB/SP), beneficia pelo menos 4 mil funcionários públicos e deve impactar em até R\$ 1 bilhão os cofres do Estado, segundo dados do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda. A categoria apoia o projeto e tem comparecido à Casa desde o fim de 2017 para apoiar a proposta. O projeto não depende de sanção do governador. Após aprovação da Assembleia, é automaticamente promulgado e passará a vigorar.

Fonte: Jornal A Tribuna – 06/06/2018

OIT avalia se reforma viola direitos no País

O Comitê de Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra (Suíça) decide na próxima quinta-feira (7) se aceita as explicações do governo brasileiro que a reforma trabalhista respeita os acordos e negociações coletivas, conforme determina a chamada Convenção 98. A decisão ocorre no momento em que o Brasil foi incluído na relação de países suspeitos de violação dos direitos trabalhistas. Os especialistas avaliam três possibilidades sobre o caso brasileiro. A primeira é que a reforma trabalhista, aprovada no final do ano passado, segue os princípios da Convenção 98. Os especialistas podem ainda pedir que o governo apresente mais esclarecimentos e, por fim, há, ainda a possibilidade de definir que uma comissão de especialistas seja enviada ao Brasil para analisar de perto o que define a reforma. Na semana passada, a OIT incluiu o Brasil na lista dos 24 casos considerados como mais graves de suspeitas de violações de direitos trabalhistas pela Comissão de Normas por dúvidas envolvendo a reforma trabalhista, principalmente, as negociações coletivas.

Fonte: Jornal A Tribuna – 06/06/2018

MPF cobra prazo a INSS para enviar recursos

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terá prazo de 30 dias para enviar recursos para julgamento. A recomendação foi feita pelo Ministério Público Federal (MPF). Atualmente o INSS leva, em média, 204 dias para isso. De acordo com o MPF, o prazo atual está bem distante do previsto na Constituição e em norma interna do instituto, que determina 30 dias para que o envio do recurso para análise seja feito.

Fonte: Jornal A Tribuna – 06/06/2018

FGTS pode sair rápido para doente grave

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça que autorize imediatamente o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para trabalhadores ou dependentes que sofram com doenças graves em todo o País. Na lista estão câncer, tuberculose, AIDS, hepatite C e doenças severas do coração, do fígado e dos rins. O MPF reforçou o pedido depois que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) negou recursos da Caixa. O último foi em março.

Fonte: Jornal A Tribuna – 06/06/2018

Justiça do Trabalho trava privatização de distribuidoras da Eletrobras

O Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região determinou que a Eletrobras suspenda o processo de privatização de suas distribuidoras de eletricidade que atuam no Norte e Nordeste até a realização de estudos sobre o impacto da medida sobre contratos de trabalho nas empresas, informou a estatal em fato relevante nesta terça-feira (5). A decisão provisória (liminar) foi proferida após ação movida por sindicatos de trabalhadores da estatal.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 06/06/2018

Mensagens indicam propina por registro sindical, diz PF

A Polícia Federal sustenta que entidades em disputa por registros sindicais pagaram propinas de R\$ 300 mil e até ameaçaram recorrer ao presidente Michel Temer para conseguir fraudar processos no Ministério do Trabalho. Mensagens trocadas entre os investigados na Operação Registro Espúrio mostraram que o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, pressionava autoridades da pasta para impedir a oficialização do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Atacadista e Varejista de Material de Construção de SP (Sintramac). Ele comanda o Sindicato dos Comerciantes de SP (SEC-SP), que perderia filiados nesse caso. Conforme as investigações, após combinação prévia de Patah e outros integrantes da UGT com o então assessor da Secretaria das Relações de Trabalho Renato Araújo, o pedido do Sintramac foi indeferido. O sindicato prejudicado, então, teria se articulado com outros servidores —o então coordenador de Registro Sindical, Leonardo Cabral, e o então secretário das Relações de Trabalho, Carlos Lacerda—, que emitiram nota favorável a recurso da entidade.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 06/06/2018

Protesto de auditores vai continuar até 4ª que vem

Os auditores fiscais da Receita Federal decidiram prorrogar, até a próxima quarta-feira, o movimento que impede a liberação de cargas de importação que necessitam de conferência física no Porto de Santos. O temor, agora, é de que haja o desabastecimento de insumos e a paralisação de linhas de produção industriais, além de mais atrasos e prejuízos aos usuários do cais santista. Em greve desde novembro do ano passado, os auditores intensificaram, na semana passada, o movimento. Por conta da greve dos caminhoneiros, muitas cargas ficaram represadas e a expectativa era de que ontem essas mercadorias pudessem ser conferidas e liberadas pela Receita.

Fonte: Jornal A Tribuna – 06/06/2018